

Prefeitura Municipal de Florianópolis
Procuradoria Geral

Edital nº 001/2010

<http://procuradorpmf.fepese.org.br>

Caderno de Prova *Objetiva*



3 de abril



das 8 às 13 h



5 h de duração*



100 questões



OBJ

Procurador Municipal (Classe Inicial)



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Questões Objetivas

(100 questões)

1. De acordo com a definição legal, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, sendo irrelevante para qualificar sua natureza jurídica a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Na atual ordem constitucional, é **correto** afirmar acerca da natureza jurídica do tributo e de suas espécies:

- a. () O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- b. () Os empréstimos compulsórios não constituem modalidade tributária.
- c. () A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra algum benefício ao contribuinte, tal como a segurança pública.
- d. (X) É constitucional a cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- e. () Os valores arrecadados pelos Municípios a título de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) devem ser necessariamente destinados ao custeamento de atividades estatais específicas, relativas ao contribuinte.

2. De acordo com os critérios doutrinários de classificação dos tributos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sujeito ao enquadramento por estimativa anual, é:

- a. (X) Fixo e direto.
- b. () Indireto e fixo.
- c. () Indireto e progressivo.
- d. () Direto e proporcional.
- e. () Progressivo e indireto.

3. A respeito da obrigação tributária, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () Embora a multa tributária não se constitua tributo, a obrigação de pagá-la tem natureza tributária.
- b. (X) A definição legal do fato gerador é interpretada levando-se em consideração a validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes.
- c. () É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- d. () A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- e. () A hipótese de incidência da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

4. Acerca da responsabilidade tributária, é **correto** afirmar:

- a. () O simples inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- b. () A responsabilidade por infrações da legislação tributária é subjetiva, ou seja, depende da intenção do agente ou do responsável.
- c. (X) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- d. () De acordo com o Código Tributário Nacional, é possível opor convenções particulares à Fazenda Pública, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos.
- e. () Os tutores e curadores serão sempre pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.

5. No tocante às limitações do poder de tributar contidas na Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar:

- a. () É inconstitucional a cobrança de contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, das entidades religiosas de qualquer culto.
- b. (X) Para usufruir imunidade tributária, as entidades sindicais dos trabalhadores não podem distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- c. () É vedado à União exigir contribuições destinadas à seguridade social no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- d. () Quando alugado a terceiros, o imóvel pertencente aos partidos políticos não goza de imunidade ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, mesmo que o valor dos aluguéis seja integralmente aplicado em suas atividades essenciais.
- e. () Os impostos extraordinários de competência da União, instituídos na iminência ou no caso de guerra externa, não poderão ser cobrados antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

6. Sobre a competência dos entes federativos em matéria tributária, é **correto** afirmar:

- a. (X) Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU).
- b. () Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e municipais, mesmo que o Território seja dividido em Municípios.
- c. () Compete exclusivamente à União instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário.
- d. () Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária sobre a competência dos entes federativos.
- e. () Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana, que poderá ser progressivo em razão das dimensões do imóvel.

7. De acordo com as disposições constitucionais sobre a repartição das receitas tributárias, pertencem aos Municípios:

- a. () O produto da arrecadação do imposto da União sobre operações financeiras realizadas em seus territórios.
- b. () Vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual.
- c. () Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- d. () Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- e. (X) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

8. Assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- b. () Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.
- c. () Constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da sua respectiva base de cálculo, sujeitando-se ao princípio da estrita legalidade.
- d. () São normas complementares de direito tributário a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- e. () Salvo disposição em contrário, entram em vigor na data da sua publicação as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.

9. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () O contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- b. () É ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.
- c. (X) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado pela autoridade administrativa.
- d. () A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- e. () O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente.

10. O servidor público punido com pena de demissão por violação de informações protegidas por sigilo fiscal permanece incompatibilizado para novo cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da administração pública federal, pelo prazo de:

- a. () Um ano.
- b. () Dois anos.
- c. () Três anos.
- d. (X) Cinco anos.
- e. () Dez anos.

11. De acordo com o Código Tributário Nacional, são hipóteses de extinção⁽¹⁾, suspensão da exigibilidade⁽²⁾ e exclusão do crédito tributário⁽³⁾, respectivamente:

- a. () ⁽¹⁾isenção ; ⁽²⁾parcelamento ; ⁽³⁾anistia.
- b. (X) ⁽¹⁾decadência ; ⁽²⁾reclamação ; ⁽³⁾isenção.
- c. () ⁽¹⁾pagamento ; ⁽²⁾decadência ; ⁽³⁾anistia.
- d. () ⁽¹⁾parcelamento ; ⁽²⁾anistia ; ⁽³⁾moratória.
- e. () ⁽¹⁾parcelamento ; ⁽²⁾moratória ; ⁽³⁾isenção.

12. A medida cautelar fiscal é um procedimento de titularidade da Fazenda Pública, com objetivo de decretar a indisponibilidade de bens e direitos do sujeito passivo da obrigação tributária, inclusive no curso da execução judicial, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.

Da sentença que decretar a medida cautelar fiscal, sem a prestação de garantia pelo sujeito passivo, caberá:

- a. () Agravo, com efeito suspensivo.
- b. () Apelação, com efeito suspensivo.
- c. (X) Apelação, sem efeito suspensivo.
- d. () Recurso voluntário, com efeito suspensivo.
- e. () Recurso voluntário, sem efeito suspensivo.

13. Diz-se que a Administração Tributária é o conjunto de órgãos públicos com a incumbência de aplicar a legislação tributária, tendo como atividades principais a fiscalização, a arrecadação e a cobrança.

Sobre a matéria, é **correto** afirmar:

- a. () A Certidão de Dívida Ativa (CDA) constitui título executivo extrajudicial e tem presunção absoluta de liquidez e certeza.
- b. () Estão sujeitos à fiscalização tributária todos os livros comerciais do sujeito passivo, cujo exame não se limita apenas aos pontos objeto da investigação.
- c. () É lícita a recusa de expedição da certidão negativa ou positiva, com efeito de negativa, ao sujeito passivo com débitos fiscais incluídos em parcelamento.
- d. () A Fazenda Pública pode substituir a Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, admitindo-se, inclusive, a modificação do sujeito passivo da execução.
- e. (X) Declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é legítima a recusa de expedição de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

14. Acerca da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, regida pela Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, somente uma afirmação **não** pode ser feita. Identifique-a.

- a. () A Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- b. () A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.
- c. (X) Em execução fiscal, a prescrição não pode ser decretada de ofício, mesmo se ocorrida antes da propositura da ação.
- d. () Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e. () Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.

15. Conforme os ensinamentos de Canotilho, “toda a norma é significativa, mas o significado não constitui um dado prévio; é, sim, o resultado da tarefa interpretativa”.

Sobre o princípio de interpretação constitucional da “justeza”, é **correto** afirmar:

- a. () O texto constitucional deve ser interpretado de modo a evitar antinomias entre suas normas e princípios.
- b. () A interpretação constitucional deve considerar primordialmente os critérios que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política.
- c. () O intérprete constitucional deve atribuir à norma constitucional um sentido que lhe reconheça a máxima eficácia.
- d. () A interpretação constitucional deve reconhecer a co-existência harmoniosa dos bens juridicamente protegidos, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros.
- e. (X) O órgão encarregado de realizar a interpretação constitucional não pode chegar a um resultado que subverta a estrutura organizatória-funcional definida pelo legislador constituinte.

16. Em matéria de processo tributário, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. (X) É cabível a impetração de mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- b. () É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- c. () O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- d. () A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- e. () O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

17. A respeito da atuação do Senado Federal nos mecanismos de controle de constitucionalidade, apenas uma afirmação **não** é verdadeira:

- a. () Não há prazo para a atuação do senado.
- b. () Somente ocorre no controle concreto incidental.
- c. () O instrumento legislativo para a suspensão da execução do ato normativo é a resolução.
- d. (X) A manifestação do Senado não se sujeita ao controle de constitucionalidade.
- e. () O Senado não está obrigado a suspender a execução da lei.

18. Quando a Constituição exige um procedimento legislativo especial para a alteração de seu texto, mais dificultoso que o processo legislativo ordinário, classifica-se como:

- a. (X) Rígida.
- b. () Flexível.
- c. () Semirrígida.
- d. () Semiflexível.
- e. () Semi-imutável.

Prefeitura Municipal de Florianópolis

19. De acordo com a Constituição Federal de 1988, **não** constitui matéria reservada à lei complementar:

- a. Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b. Estabelecer as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.
- c. Dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- d. Dispor sobre direitos de nacionalidade e cidadania.
- e. Dispor sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

20. A Constituição Federal de 1988 define princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle do orçamento público. Dentre eles, o texto constitucional preconiza que a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, impedindo as distorções denominadas de “caudas orçamentárias”.

Trata-se do princípio:

- a. Da unidade.
- b. Da programação.
- c. Da exclusividade.
- d. Da universalidade.
- e. Do equilíbrio orçamentário.

21. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

- a. Julgar, em recurso ordinário, o crime político.
- b. Processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados.
- c. Processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Procurador-Geral da República.
- d. Processar e julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado.
- e. Processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados.

22. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

- a. o Presidente do Congresso Nacional, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- b. o Presidente do Congresso Nacional, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- c. o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Congresso Nacional.
- d. o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- e. o Presidente do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o da Câmara dos Deputados.

23. São requisitos para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, **exceto**:

- a. Efetivação por lei estadual.
- b. Determinação do período por Lei Complementar Federal.
- c. Consulta plebiscitária às populações dos Municípios envolvidos.
- d. Divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- e. Elaboração de lei pelo Poder Legislativo dos Municípios envolvidos.

24. Dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais abaixo arrolados, qual se aplica aos servidores ocupantes de cargos públicos:

- a. Fundo de garantia do tempo de serviço.
- b. Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- c. Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
- d. Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e. Proteção em face da automação, na forma da lei.

25. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar acerca da decretação do Estado de Defesa:

- a. () Na vigência do estado de defesa é permitida a incomunicabilidade do preso.
- b. (X) O decreto que instituir o estado de defesa indicará as medidas restritivas ao direito de sigilo de correspondência.
- c. () A decretação do estado de defesa pelo Presidente da República deve ser autorizada pelo Congresso Nacional.
- d. () O Presidente pode decretar o estado de defesa para responder a agressão armada estrangeira.
- e. () Não há obrigatoriedade de especificação do tempo de duração do estado de defesa.

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a. () Deputado Federal.
- b. () Ministro de Estado.
- c. () Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d. () Senador da República.
- e. (X) Vice-Presidente da República.

27. No tocante aos remédios constitucionais, é **correto** afirmar:

- a. () As pessoas jurídicas têm legitimidade para propositura de ação popular.
- b. () O *habeas corpus* sempre terá natureza repressiva, a fim de salvaguardar o direito de locomoção dos indivíduos.
- c. (X) O *habeas data* cinge-se às informações a respeito da pessoa do próprio impetrante, não se estendendo a entidades ou organizações de que ele faça parte.
- d. () É cabível mandado de injunção quando há carência de norma regulamentadora, inviabilizando o exercício de direitos e liberdades constitucionais e prerrogativas concernentes à igualdade, cidadania e propriedade.
- e. () Somente tem legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo a organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano.

28. É condição de elegibilidade para Senador, Vice-Prefeito e Governador, respectivamente, a idade mínima de:

- a. () 30 anos ; 18 anos ; 30 anos.
- b. () 30 anos ; 21 anos ; 30 anos.
- c. () 30 anos ; 21 anos ; 35 anos.
- d. () 35 anos ; 18 anos ; 35 anos.
- e. (X) 35 anos ; 21 anos ; 30 anos.

29. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei poderá instituir, além das contribuições sociais expressamente previstas no artigo 195, outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social. Deve a lei, contudo, observar os seguintes requisitos:

- a. (X) Ter natureza complementar e respeitar o princípio da não-cumulatividade.
- b. () Ter natureza complementar e respeitar o princípio da anterioridade.
- c. () Ter natureza ordinária e respeitar o princípio da noventena.
- d. () Respeitar os princípios da noventena e progressividade.
- e. () Respeitar os princípios da não-cumulatividade e anterioridade.

30. De acordo com os postulados constitucionais acerca da ordem econômica, é **correto** afirmar:

- a. () É vedada a exploração direta de atividade econômica pelo Estado.
- b. () A prestação de serviços pelo Poder Público, sob regime de concessão, independe de licitação.
- c. () Cabe à lei complementar regulamentar as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.
- d. (X) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, exceto nos casos previstos em lei.
- e. () O estatuto jurídico da empresa pública que explora atividade econômica de produção ou comercialização de bens disporá sobre política tarifária.

31. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Os critérios cronológico, hierárquico e de especialidade visam solucionar as antinomias aparentes do ordenamento jurídico.
- b. (X) No período que decorre entre a publicação da lei nova e o início de sua vigência, subsistirá com força obrigatória a lei velha revogada.
- c. () Havendo disposição normativa expressa, admite-se a repristinação no ordenamento jurídico brasileiro, restaurando-se a lei revogada com efeitos “ex tunc”.
- d. () Denomina-se derrogação a supressão total da norma anterior, por ter a nova lei regulado inteiramente a matéria.
- e. () Para integrar a lacuna do direito, o juiz recorre, inicialmente, à equidade, que consiste em aplicar uma lei semelhante para um fato não previsto em norma jurídica.

32. A respeito das pessoas jurídicas, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- b. () Velará pelas associações o Ministério Público do Estado onde situadas.
- c. () As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, esportivos ou de educação.
- d. (X) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
- e. () Em caso de abuso da personalidade jurídica por confusão patrimonial, pode o magistrado decidir, independentemente de requerimento da parte, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores.

33. Considerando-se a classificação jurídica dos bens, pode-se afirmar que uma garrafa de vinho raro, de cuja safra restam pouquíssimos exemplares, é um bem de natureza:

- a. () Fungível, consumível e divisível.
- b. () Fungível, consumível e indivisível.
- c. () Fungível, inconsumível e divisível.
- d. () Infungível, inconsumível e divisível.
- e. (X) Infungível, consumível e indivisível.

34. No tocante aos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) O erro acidental, ao contrário do erro essencial, não é suficiente para anular o negócio jurídico.
- b. () Quando há dolo bilateral na realização do negócio jurídico, a lei pune ambas as partes com a anulação do ato.
- c. () Considera-se coação passível de nulidade o temor reverencial do militar em relação a seu superior hierárquico.
- d. () Lesão e estado de perigo assemelham-se na dicção da lei civil, pois se tratam de hipóteses em que há perigo de vida à vítima ou alguém de sua família.
- e. () Para tipificação da fraude contra credores é necessário que a prática fraudulenta seja anterior ao nascimento do direito de crédito.

35. Com fundamento nas disposições legais sobre a invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa **correta**.

- a. () É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b. () É nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.
- c. () É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.
- d. () As nulidades devem ser pronunciadas e supridas pelo juiz, independentemente de requerimento das partes.
- e. (X) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

36. É a forma de se quitar um ou mais débitos, quando existem vários, de um mesmo devedor, em relação ao mesmo credor:

- a. () Novação.
 - b. () Sub-rogação.
 - c. (X) Imputação de pagamento.
 - d. () Consignação.
 - e. () Remissão.
-

37. Sobre as formas de desfazimento da relação contratual, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () A resilição é forma de desfazimento voluntário do contrato.
 - b. () A quitação é um direito de que paga do solvens.
 - c. () Salvo disposição em contrário, o distrato opera efeitos a partir de sua ultimação.
 - d. (X) Os efeitos da sentença que decretar a resolução do contrato correrão a partir de sua publicação.
 - e. () A exceção de contrato não cumprido implica, nos contratos bilaterais, a impossibilidade de exigir o implemento da obrigação alheia, antes de cumprida a obrigação própria.
-

38. Sobre os títulos de crédito, é **incorreto** afirmar:

- a. (X) O aval é modo de transferência da cambiária.
 - b. () O título não é exigível antes do vencimento, nem o credor obrigado a receber o pagamento.
 - c. () Não contendo indicação de expresso vencimento, considera-se à vista o título de crédito.
 - d. () Constituem requisitos essenciais dos títulos de crédito a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente.
 - e. () Não há impedimento para que o título de crédito seja emitido com espaços em branco, mas é fundamental para sua exigibilidade que esteja completo no momento da cobrança.
-

39. A ação de perdas e danos pelo uso de marca comercial prescreve em:

- a. () 2 anos.
 - b. () 3 anos.
 - c. (X) 5 anos.
 - d. () 10 anos.
 - e. () 20 anos.
-

40. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () A maioria dos filhos não acarreta a exoneração automática da obrigação de prestar alimentos.
 - b. (X) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir do ajuizamento da ação.
 - c. () Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção "jús tantum" de paternidade.
 - d. () O recurso de apelação interposto de sentença que condenar à prestação de alimentos será recebido apenas em seu efeito devolutivo.
 - e. () O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
-

41. A respeito da ação de natureza meramente declaratória, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Não é cabível para reconhecimento de tempo de serviço com fins previdenciários.
- b. () É inadmissível para obter certeza quanto à interpretação de cláusula contratual.
- c. () O interesse do autor não pode se limitar à declaração de existência de relação jurídica.
- d. (X) É admissível ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- e. () A autenticidade ou falsidade de documento não pode constituir o objeto de interesse do autor.

42. Considere as seguintes circunstâncias processuais hipotéticas: ⁽¹⁾ o juiz tem interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes; ⁽²⁾ o juiz prestou depoimento como testemunha; ⁽³⁾ o juiz é amigo íntimo de uma das partes.

As hipóteses configuram em relação ao magistrado, respectivamente:

- a. () ⁽¹⁾ suspeição ; ⁽²⁾ suspeição ; ⁽³⁾ impedimento.
- b. (X) ⁽¹⁾ suspeição ; ⁽²⁾ impedimento ; ⁽³⁾ suspeição.
- c. () ⁽¹⁾ impedimento ; ⁽²⁾ impedimento ; ⁽³⁾ suspeição.
- d. () ⁽¹⁾ impedimento ; ⁽²⁾ suspeição ; ⁽³⁾ impedimento.
- e. () ⁽¹⁾ impedimento ; ⁽²⁾ impedimento ; ⁽³⁾ impedimento.

43. No que tange à disciplina da fase instrutória ou probatória do procedimento do processo cognitivo civil, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A gravação clandestina de conversa telefônica é meio idôneo e moralmente legítimo de prova.
- b. () O depoimento pessoal, embora constitua ato personalíssimo, pode ser prestado por terceira pessoa a quem se concede o poder de praticar o ato processual.
- c. (X) É inadmissível como meio de prova a confissão de fatos que dão fundamento existencial a direito indisponível.
- d. () O advogado atuante em causa própria, mesmo antes de prestar depoimento pessoal, poderá assistir ao interrogatório da parte contrária.
- e. () É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos antes ou depois dos articulados.

44. Ao lado dos sujeitos principais do processo (juiz, autor e réu), existem os sujeitos secundários, cuja categoria é formada por todas as pessoas que não têm a condição de sujeitos principais.

Dentre os secundários, encontram-se os oficiais de justiça, a quem **não** cabe apenas uma das atribuições a seguir:

- a. () Efetuar avaliações.
- b. () Executar as ordens do juiz a que estiver subordinado.
- c. () Entregar, em cartório, o mandado, logo depois de cumprido.
- d. () Estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- e. (X) Fornecer, independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo.

45. De acordo com o Código de Processo Civil, a citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.

Sobre a citação, assinale a alternativa **correta**.

- a. () O comparecimento espontâneo do réu ao processo não supre a ausência de citação.
- b. (X) Em ações reais imobiliárias, devem ser demandados os réus e seus respectivos cônjuges, em litisconsórcio necessário.
- c. () É proibida a citação dos noivos nos 10 primeiros dias de bodas, salvo para evitar o perecimento do direito.
- d. () Nos processos de execução, a citação será feita pelo correio.
- e. () A fim de justificar a citação por hora certa, o oficial de justiça deve procurar o réu em seu domicílio ou residência pelo menos em duas oportunidades.

46. O fenômeno processual, identificado como a morte da ação em decorrência de ter havido três extinções de processos iguais por abandono, denomina-se:

- a. () Inépcia.
- b. () Preclusão.
- c. (X) Perempção.
- d. () Coisa julgada.
- e. () Carência de ação.

47. De acordo como o artigo 519 do Código de Processo Civil, provando o apelante justo impedimento, o juiz relevará a pena de deserção, fixando-lhe prazo para efetuar o preparo.

Diante dessa decisão interlocutória, que releva a pena de deserção, é **correto** afirmar:

- a. (X) A decisão é irrecurável.
- b. () Cabe o recurso de apelação.
- c. () Cabe o agravo de instrumento.
- d. () É cabível o recurso ordinário.
- e. () É cabível o agravo retido.

48. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Publicada a sentença, o juiz não poderá alterá-la.
- b. () Os fundamentos constituem requisito essencial da sentença, em que o juiz resolve as questões que as partes lhe submetem.
- c. () Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar improcedentes os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- d. () A audiência será pública, inclusive nos processos que dizem respeito a casamento, filiação, alimentos e guarda de menores.
- e. (X) Enquanto depuserem as partes e as testemunhas, os advogados não podem intervir ou apartear, salvo com licença do juiz.

49. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Os autos do processo cautelar permanecerão apartados dos autos do processo principal.
- b. (X) Se o juiz se dá por incompetente na ação principal, torna-se também incompetente para a cautelar.
- c. () O processo cautelar tem por finalidade obter segurança que torna útil e possível a prestação jurisdicional de conhecimento, mas não do processo de execução.
- d. () Compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- e. () É terminantemente proibida a concessão de medidas cautelares *ex officio* pelo magistrado.

50. De acordo com a Lei nº 4.717/65, que regula a ação popular, os atos lesivos ao patrimônio dos entes federativos e demais entidades de interesse público são nulos em caso de inexistência dos motivos.

A respeito da inexistência dos motivos, é **correto** afirmar:

- a. () Fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- b. () Consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- c. () Ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- d. () Verifica-se quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- e. (X) Verifica-se quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

51. Assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Na equiparação de salário, em caso de trabalho igual, toma-se em conta o tempo de serviço na função, e não no emprego.
- b. () O empregado readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, poderá ser utilizado como paradigma para fins de equiparação salarial.
- c. () Para fins de equiparação salarial, considera-se trabalho de igual valor aquele feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a quatro anos.
- d. () As regras de equiparação salariais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho prevalecerão sobre quaisquer outros instrumentos normativos, mesmo quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira.
- e. () Não é possível em hipótese alguma a equiparação de salários entre empregados.

52. Assinale a **incorreta**, com relação às anotações na Carteira do Trabalho e Previdência Social.

- a. () É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- b. () Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo Instituto Nacional de Previdência Social na carteira do acidentado.
- c. () As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas mediante prova documental.
- d. (X) A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de cinco dias para promover a sua anotação.
- e. () Tratando-se de serviço de profissionais de qualquer atividade, exercido por empreitada individual ou coletiva, com ou sem fiscalização da outra parte contratante, a carteira será anotada pelo respectivo sindicato profissional ou pelo representante legal de sua cooperativa.

53. Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. (X) Não excedendo de seis horas o trabalho, será facultado um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.
- b. () É assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas.
- c. () Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.
- d. () Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.
- e. () Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

54. Analise as afirmativas abaixo acerca da compensação de jornada:

1. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
2. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
3. A prestação de horas extras habituais caracteriza o acordo de compensação de jornada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 2.
- c. () É correta apenas a afirmativa 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

55. Assinale a alternativa correta.

- a. () São imprescritíveis as verbas de caráter salariais.
 - b. () O prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória é de um ano.
 - c. () A ação para cobrança das contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS prescreve em vinte anos.
 - d. () O prazo prescricional para ingressar com ação trabalhista é de cinco anos, contado do término do aviso prévio.
 - e. (X) O trabalhador tem direito à ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
-

56. Com relação à Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a. () A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.
- b. () Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa.
- c. () No caso de férias coletivas, o empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de quinze dias, as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.
- d. (X) Ao empregador, é facultado converter um terço do período de férias a que tiver direito o empregado em abono pecuniário, este no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.
- e. () Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos.

57. Qual o princípio de Direito do Trabalho que busca proporcionar uma forma de compensar a superioridade econômica do empregador em relação ao empregado, dando a este último uma superioridade jurídica?

- a. (X) princípio da proteção
 - b. () princípio da isonomia
 - c. () princípio da continuidade
 - d. () princípio da primazia da realidade
 - e. () princípio da irrenunciabilidade de direitos
-

58. Assinale a alternativa correta.

- a. () Trabalhador doméstico é o que presta serviços eventuais no âmbito residencial.
 - b. (X) Trabalhador avulso é aquele que presta serviços em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, mediante a intermediação de sindicato ou entidade gestora de mão de obra.
 - c. () Trabalhador autônomo é aquele que presta serviços de forma não contínua a um mesmo empregador.
 - d. () Trabalhador rural é a pessoa física ou jurídica, que em propriedade rural, presta serviços de natureza eventual a empregador rural.
 - e. () Trabalhador eventual é aquele que labora por conta própria, em ocasiões eventuais, dirigindo os rumos da própria atividade.
-

59. Não é exemplo de interrupção do contrato de trabalho:

- a. () férias
- b. () alistamento eleitoral
- c. (X) aposentadoria por invalidez
- d. () repouso semanal remunerado
- e. () afastamento por doença, durante os primeiros quinze dias

60. Determinado Juiz do Trabalho recebeu a ação trabalhista ajuizada por um trabalhador e concedeu a antecipação da tutela. Devidamente instruído o processo, com a realização das provas requeridas sobreveio a sentença, a qual julgou procedente o pedido formulado. A Procuradoria do Município apresentou o recurso competente, contudo, o juízo a quo negou seguimento.

Assinale a alternativa que indica os instrumentos processuais pertinentes ao caso proposto.

- a. (X) mandado de segurança, recurso ordinário e agravo de instrumento.
 - b. () mandado de segurança, apelação e agravo de instrumento.
 - c. () embargos de declaração, recurso ordinário e agravo de petição.
 - d. () agravo de instrumento, apelação e mandado de segurança.
 - e. () agravo de instrumento, recurso ordinário e agravo de instrumento.
-

61. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () Não cabe nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
- b. () O prazo para interposição é de quinze dias.
- c. () É cabível apenas das decisões definitivas proferidas pelas Varas e Juízos, no prazo de oito dias.
- d. (X) É cabível das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
- e. () Deve ser dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e é cabível em mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

62. O *jus postulandi* das partes na Justiça do Trabalho **não** alcança:

- a. () a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos ordinários.
 - b. (X) a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - c. () a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - d. () a ação rescisória e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - e. () a ação paulina, a ação anulatória de contrato de trabalho, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
-

63. Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () Não será permitido estipular duração de convenção ou acordo superior a 2 (dois) anos.
- b. () As convenções e os acordos entrarão em vigor três dias após a data da entrega dos mesmos no órgão referido neste artigo.
- c. (X) Em relação aos direitos estatutários dos servidores públicos civis, é lícito a Administração Pública celebrar convenção coletiva de trabalho com os sindicatos de classe.
- d. () Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- e. () É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar acordos coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes às respectivas relações de trabalho.

64. Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () A reclamação trabalhista poderá ser apresentada de forma escrita ou verbal.
- b. () Nas localidades em que houver mais de uma Vara do Trabalho, a reclamação será distribuída antes da sua redução a termo.
- c. () Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- d. () O reclamante que der causa a dois arquivamentos seguidos da reclamação trabalhista pelo seu não comparecimento à audiência fica impossibilitado, pelo prazo de seis meses, de exercer o direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- e. (X) Os dissídios individuais ajuizados de forma verbal ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

65. Analise as afirmativas abaixo sobre o contrato individual do trabalho:

1. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
2. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
3. Em decorrência do princípio da continuidade da relação de emprego, é vedada a estipulação de contrato de trabalho por prazo determinado.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 3.
- b. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

66. No que se refere às comissões de conciliação prévia, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representante dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.
- b. () Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.
- c. () Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.
- d. (X) As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado, não se suspendendo durante esse período o prazo prescricional para o ajuizamento da ação trabalhista.
- e. () Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer do pedido.

67. Em relação à sentença normativa na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) O prazo máximo de vigência da sentença normativa é quatro anos.
- b. () A sentença normativa sempre entrará em vigor após a sua publicação
- c. () Somente caberá revisão da sentença normativa após dois anos de sua vigência.
- d. () A sentença normativa somente produz efeitos às partes envolvidas no dissídio coletivo, não podendo ser estendida a outros empregados da respectiva categoria profissional.
- e. () Não cabe revisão de sentença normativa, devendo, pois, ser ajuizado um novo dissídio coletivo para se estipular novas condições para determinada categoria profissional.

68. No que se refere à execução trabalhista, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () O executado poderá arguir como matéria de defesa todos os fatos supervenientes à sentença.
- b. () A sentença de liquidação poderá ser impugnada via agravo de petição no prazo de oito dias após a sua publicação.
- c. (X) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- d. () Haverá liquidação por arbitramento quando houver a necessidade de provar fatos novos que devam servir de base para fixar o quantum da condenação.
- e. () Não é cabível exceção de pré-executividade em matéria trabalhista.

69. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () Na Justiça do Trabalho, a prova das alegações incumbe ao empregador.
- b. () A Justiça do Trabalho não é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais.
- c. () A oposição de exceções, nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, acarreta a suspensão do feito.
- d. () As contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido, serão executadas pela União após o trânsito em julgado da ação.
- e. (X) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04.

70. Em matéria processual trabalhista, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Cada uma das partes não poderá indicar mais de dez testemunhas.
- b. (X) A revelia não produz confissão na ação rescisória.
- c. () A presença de advogado devidamente credenciado ilidi a revelia A ausência da reclamada à audiência em que deveria apresentar defesa, não produz a revelia quando presente seu advogado munido de procuração.
- d. () O não comparecimento do reclamante à audiência acarretará o adiamento do ato, em decorrência do princípio da proteção ao empregado.
- e. () Torna-se suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.

71. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Penal.

- a. () A qualquer momento pode a vítima exercer o juízo de retração e desistir da representação oferecida.
- b. () O Ministério Público, na ação penal pública condicionada, poderá, após ouvida a vítima, desistir da ação penal.
- c. () No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, decai o direito de oferecer representação ou queixa.
- d. (X) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- e. () Após apresentada a representação pelo ofendido para a deflagração de ação penal pública condicionada, deverá o Ministério Público, antes de oferecer a denúncia, mandar instaurar inquérito policial.

72. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Penal.

- a. () Não sendo conhecido o local da infração, a competência será fixada pela prevenção.
- b. () Nos casos de ação privada exclusiva, a competência regular-se-á pela residência do réu.
- c. (X) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- d. () Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo lugar em que se consumar a infração,
- e. () A competência sempre será fixada pelo local em que se consumar a infração.

73. Analise as afirmativas abaixo, de acordo com o Código de Processo Penal:

A fixação da competência pela conexão ocorre quando:

1. a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
2. duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
3. a ação for privada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

74. Contra a decisão, despacho ou sentença, que não receber a denúncia ou a queixa, cabe:

- a. () Apelação.
- b. () Agravo de instrumento.
- c. (X) Recurso em sentido estrito.
- d. () Recurso inominado.
- e. () Revisão.

75. Assinale a alternativa **incorreta** em matéria processual penal.

- a. () Ao Ministério Público cabe promover, privativamente, a ação penal pública.
- b. (X) O perito será indicado pela parte que protestar pela produção da prova pericial.
- c. () O co-réu no mesmo processo não poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- d. () A constituição de defensor independerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- e. () No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

76. Assinale a alternativa **correta**, em matéria processual penal.

- a. () A autoridade policial poderá ser sujeito passivo de exceção de suspeição.
- b. () As prisões cautelares são ilegais porque violam o princípio da presunção de inocência.
- c. () A autoridade judiciária poderá decretar de ofício a nulidade relativa.
- d. (X) A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- e. () A coisa apreendida poderá, a qualquer momento, ser restituída desde que a parte interessada formule tal pedido ao juiz.

77. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, para fins de aplicação da pena, diz-se que o delito foi praticado em:

- a. (X) concurso formal.
- b. () concurso material.
- c. () concurso formal impróprio.
- d. () continuidade delitiva privilegiada.
- e. () continuidade delitiva.

78. Assinale a alternativa **correta**, em matéria processual penal.

- a. () Não cabe citação com hora certa no processo penal.
- b. () A prisão é ato privativo da autoridade policial e de seus agentes.
- c. () Na valoração da prova, o juízo criminal adota o princípio da prova legal.
- d. () O prazo para interposição de embargos declaratórios no rito ordinário é de cinco dias após a publicação da decisão.
- e. (X) No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

79. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () A ação de “habeas corpus” está contemplada e regulamentada apenas na Constituição Federal.
- b. () A qualquer momento poderá o interessado impetrar “habeas corpus”, inclusive quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- c. (X) Não cabe “habeas corpus” contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- d. () Caberá “habeas corpus” sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência, coação ilegal na sua liberdade de ir e vir ou nos casos de punição disciplinar.
- e. () O prazo para impetração do “habeas corpus” é de quinze dias após o ato violador da liberdade de ir e vir.

80. Quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, incide na prática de:

- a. () Legítima defesa.
- b. (X) Estado de necessidade.
- c. () Exercício regular do direito.
- d. () Obediência hierárquica.
- e. () Erro de tipo.

81. Em relação aos regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade:

1. No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
2. O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.
3. No regime aberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 2.
- c. () É correta apenas a afirmativa 3.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

82. Quando deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, ele incide na prática do crime de:

- a. () Prevaricação.
- b. () Corrupção passiva.
- c. () Tráfico de Influência.
- d. () Prevaricação privilegiada.
- e. (X) Condescendência criminosa.

83. Quando o funcionário público exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incide na prática do crime de:

- a. (X) Concussão.
- b. () Corrupção ativa.
- c. () Corrupção passiva.
- d. () Extorsão qualificada.
- e. () Extorsão.

84. O funcionário público que apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, incide na prática do crime de:

- a. () Corrupção ativa.
 - b. () Apropriação indébita.
 - c. () Furto qualificado pelo exercício da função.
 - d. () Advocacia administrativa.
 - e. (X) Peculato.
-

85. Aquele que se opuser à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, incide na prática do crime de:

- a. () Ameaça.
 - b. (X) Resistência.
 - c. () Lesão corporal.
 - d. () Desobediência.
 - e. () Desacato.
-

86. Assinale a alternativa **correta**, em relação ao contrato administrativo

- a. () O contrato administrativo é caracterizado pela bilateralidade da relação.
- b. () A Administração Pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
- c. () A responsabilidade civil do contratado é afastada quando, na execução de serviço público essencial, causar danos à Administração ou a terceiro.
- d. (X) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- e. () A Administração poderá aceitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, desde que atestada a utilidade e a vantagem do produto.

87. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () O prazo para a administração pública ajuizar ação rescisória é de quatro anos.
 - b. () Quando em juízo, a fazenda pública não precisa antecipar nenhum tipo de despesa judicial.
 - c. (X) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - d. () No reexame necessário, ocorre a devolução integral da matéria, podendo o Tribunal agravar a condenação imposta à fazenda pública.
 - e. () Não cabe ação monitória contra a fazenda pública, porquanto incompatível com o regime de precatórios.
-

88. Analise as afirmativas abaixo:

É dispensável a licitação para:

1. o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
2. a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
3. a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 2.
- b. () É correta apenas a afirmativa 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

89. Em relação aos recursos administrativos previsto na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Os recursos têm efeito devolutivo e suspensivo.
- b. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo legal.
- c. Cabe representação, da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- d. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- e. Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de carta convite, os prazos recursais são reduzidos para dois dias úteis.

90. Assinale a alternativa **incorreta**, em relação ao procedimento de desapropriação.

- a. A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade privada.
- b. O bem público não poderá ser objeto de desapropriação.
- c. Ocorre desvio de finalidade genérico, que enseja a retrocessão, quando se verifica a mudança do finalidade pública para o fim particular do bem expropriado.
- d. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificadas, vizinhos às obras e necessários à sua realização.
- e. Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

91. Assinale a alternativa **incorreta**, em relação ao ato administrativo.

- a. Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são requisitos do ato administrativo.
- b. O ato discricionário, quando motivado, fica vinculado ao motivo que lhe serviu de suporte, com o que, se verificado ser o mesmo falso ou inexistente, deixa de subsistir.
- c. O ato administrativo pode ter forma escrita, oral ou por símbolos.
- d. A revogação do ato administrativo, porque fundada na conveniência e oportunidade, opera efeitos "ex tunc".
- e. Quando concluído, o ato administrativo considera-se perfeito, ainda que lhe falte a eficácia e a validade.

92. Assinale a alternativa **correta**, em relação à administração pública.

- a. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei.
- b. As parcelas de caráter indenizatório previstas em lei serão computadas para efeito dos limites remuneratórios dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c. O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Vereador, será afastado do seu cargo, podendo optar pela remuneração.
- d. É vedada qualquer tipo de acumulação remunerada de cargos públicos, exceto a de dois cargos de professor.
- e. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

93. Assinale a alternativa **correta**, em relação à organização da administração pública.

- a. () As empresas estatais estão sujeitas ao processo falimentar.
- b. (X) A sociedade de economia mista somente poderá adotar a forma de sociedade anônima.
- c. () As autarquias não gozam das prerrogativas inerentes à Fazenda Pública, porquanto não fazem parte da administração pública direta.
- d. () Os serviços sociais autônomos, pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta, podem receber recursos públicos ou contribuições parafiscais.
- e. () As organizações sociais para a execução de seus objetivos sociais podem celebrar termo de parceria com o Estado, que incentivar a sua atuação.

94. Assinale a alternativa **correta**, em relação aos servidores públicos.

- a. () O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b. () Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, poderão se aposentar voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público e de dez anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- c. (X) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d. () Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência social do ente ao qual está vinculado.
- e. () Não incide qualquer tipo de contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas.

95. Assinale a alternativa **correta**, em relação aos bens públicos.

- a. () A terra devoluta pertence à categoria de bens públicos de uso especial.
- b. () O bem público poderá ser onerado pelos direitos reais de garantia.
- c. () As terras devolutas não compreendidas entre as da União pertencem ao Município.
- d. (X) A administração pública não é livre para adquirir ou alienar bens imóveis, necessitando, pois, de autorização legislativa para tal fim.
- e. () Pertencem aos Estados as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

96. Analise as afirmativas abaixo:

Em relação aos princípios administrativos:

1. O princípio da autotutela diz respeito ao controle que a administração direta exerce sobre as entidades da administração indireta.
2. O princípio da finalidade assevera que os atos e os provimentos administrativos são imputados ao órgão ou à entidade administrativa em nome do qual o servidor age.
3. Segundo o princípio da legalidade, a administração pública só pode fazer o que a lei autoriza.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 2.
- b. (X) É correta apenas a afirmativa 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

97. Assinale a alternativa **incorreta**, em relação à responsabilidade civil do Estado:

- a. (X) A responsabilidade civil do Estado, por atos omissivos ou comissivos, é sempre objetiva.
- b. () Pela teoria do risco integral, o Estado é obrigado a indenizar todo e qualquer dano suportado por terceiro.
- c. () A culpa exclusiva da vítima é causa de exclusão da responsabilidade civil objetiva do Estado.
- d. () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- e. () A ação de regresso pode ser ajuizada contra o agente causador do dano, e, na sua falta, contra seus herdeiros ou sucessores, até o limite do valor da herança.

98. Assinale a alternativa **incorreta**, em relação à administração pública.

- a. () A autoexecutoriedade, atributo do poder de polícia, possibilita à administração pública impor, de forma coercitiva, ou seja, com os próprios meios, a execução de suas decisões.
- b. () A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- c. () A autorização para a utilização de bem público pode ser classificada como ato discricionário.
- d. () Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.
- e. (X) A formalizada de um contrato de concessão é precedida de licitação na modalidade de concorrência ou tomada de preço.

99. Na execução do serviço público, quando a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço, haverá a extinção da concessão sob a modalidade:

- a. () reversão.
- b. () intervenção.
- c. () encampação.
- d. (X) caducidade.
- e. () denúncia.

100. Assinale a alternativa **incorreta**, em relação à ação civil pública.

- a. (X) A ação poderá ser proposta no foro do domicílio do autor ou do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- b. () A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- c. () A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- d. () Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- e. () O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>